

Copyright © 2016 by Verônica Moraes Ximenes, Bárbara Barbosa Nepomuceno, Elívia Camurça Cidade, James Ferreira Moura Júnior

Capa e Diagramação

Francisco Taliba

Revisão

Lucas Carneiro

Impressão e Acabamento

Expressão Gráfica e Editora

Rua João Cordeiro, 1285 – Praia de Iracema – Fortaleza – Ceará

CEP: 60.110-300 – Tel. (085) 3464-2222

E-mail: arte@expressaografica.com.br

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9. 610/98) é crime (art. 184 do Código Penal).

Catálogo na Fonte

Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães CRB 3/801-98

Implicações psicossociais da pobreza : diversidades e resistências / Verônica Moraes Ximenes, Bárbara Barbosa Nepomuceno, Elívia Camurça Cidade, James Ferreira Moura Júnior. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

405 p.

ISBN: 978-85-420-0821-0

1. Pobreza 2. Psicologia I. Ximenes, Verônica Moraes
II. Nepomuceno, Bárbara Barbosa III. Cidade, Elívia Camurça
IV. Moura Júnior, James Ferreira V. Título

CDD: 362.5

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

EIXO I - CATEGORIAS DE ANÁLISE DA POBREZA

Sem pobreza, mas com “fomes”: Visões econômicas e psicológicas 17

Flavio Vasconcellos Comim

Sabino Porto Jr.

James Ferreira Moura Jr.

Luete Pengo Bagolin

Pobreza, participação política e autonomia de mulheres no meio rural brasileiro 45

Jáder Ferreira Leite

Magda Dimenstein

Candida Dantas

João Paulo Sales Macedo

Antonimária Bandeira de Freitas

Representações Sociais da Pobreza 67

Aline Accorsi

Helena Scarparo

Bienestar personal y la esperanza en población en condición de pobreza en Mérida, México 95

María Teresita Castillo León

Carlos David Carrillo Trujillo

Teresita Concepción Campo Marín

Georgina del Carmen Cetina Herrera



IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA

DIVERSIDADES E RESISTÊNCIAS

ORGANIZADORES

VERÔNICA MORAIS XIMENES
BÁRBARA BARBOSA NEPOMUCENO
ELÍVIA CAMURÇA CIDADE
JAMES FERREIRA MOURA JÚNIOR

A (DES)IGUALDADE SOCIAL E A PSICOLOGIA: UMA PERSPECTIVA PARA O DEBATE SOBRE A POBREZA

Raquel Souza Lobo Guzzo

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio quer refletir sobre a pobreza, a partir da perspectiva psicossocial, levando-se em conta uma leitura crítica da vida no capitalismo, a qual pode fornecer um referencial para o enfrentamento de uma condição de vida desumanizada e estrutural no sistema social e econômico em que vivemos. Para isso é preciso clarificar o conceito de pobreza, não apenas por condições objetivas de poucos recursos financeiros que impactam o cotidiano de vida, mas, principalmente, pelas condições subjetivas forjadas em situações econômicas desfavoráveis. Este capítulo foi estruturado em quatro partes: a primeira define as circunstâncias da pobreza, a segunda suas consequências, a terceira reflete a psicologia e a temática da pobreza e a última aponta caminhos.

2 POBREZA: CONDIÇÃO HISTÓRICA OU DESTINO

A pobreza é a evidência concreta das desigualdades sociais (condição de extrema diferença entre aqueles que têm acesso aos bens e serviços e os que vivem às margens do sistema). Por isso, é preciso entender que pobreza não é alguma condição histórica para a qual não temos nenhuma possibilidade de enfrentamento. A pobreza é consequência de uma política econômica que combina a produção de riqueza pelos trabalhadores e a concentração de renda pelos proprietários dos meios de produção. Se essa política sistêmica for combatida, a pobreza é enfrentada estruturalmente, não por programas de transferência de renda pontuais, mas por uma sistemática de redução da desigualdade por meio

da socialização da riqueza produzida coletivamente – a construção de uma sociedade socialista. Se essa proposta fosse implementada, seria possível o combate à pobreza, pelo menos na proporção que existe hoje.

De acordo com Valsiner (2009), pobreza é uma palavra perigosa, pois ela contém a avaliação implícita de um poder não muito claro, mas bastante persuasivo. Pobreza pode ser material, mas pode ser também de sentimentos, pensamentos ou ideias. Ainda, não temos, como psicólogos, nenhuma dificuldade em assumir que a pobreza está relacionada a sofrimento, sobretudo em nossa sociedade de consumo e de uma ideologia que valoriza a posse de bens e riquezas. Quando falamos em pobreza, de imediato pensamos na acumulação de riquezas. Trata-se, portanto de um conceito que deve ser compreendido em uma relação dialética – só existe pobreza porque existe riqueza. E o contrário é também verdadeiro – a pobreza é um conceito relativo e dialético. Por isso, para discutir a pobreza, e como a psicologia pode lidar com essa face da questão social, é preciso um acerto de contas com a vida cotidiana no capitalismo (Comblin, 2003).

A pobreza existe em muitos dos países industrializados e caracteriza regiões inteiras do mundo que são consideradas “em desenvolvimento”, entendendo-se que desenvolvimento, nesse caso, é o resultado de processos econômicos na produção de riquezas. O Produto Interno Bruto (PIB) tem sido o indicador mais importante para avaliar o estado de desenvolvimento de um país, enquanto outros indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), classificam os países pelo grau de desenvolvimento humano com as condições sociais que têm grande impacto na vida cotidiana das pessoas. Considerar um país desenvolvido ou em desenvolvimento, levando-se em conta apenas a riqueza produzida (PIB) não revela, de modo real, as condições cotidianas de vida da população. Um país onde a pobreza é conjuntural mas mantém a condição do PIB alto revela muito sobre a política econômica assumida e é elemento importante para a crítica às políticas de erradicação da pobreza. O IDH, por exemplo, desenvolvido pelos

economistas Mahbudul Had, paquistanês, e Amartya Sen¹, indiano, em 1990, e utilizado, desde então, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na tentativa de eliminação da pobreza em substituição ao PIB *per capita*, indica como o capitalismo, em sua face mais perversa, mantém a condição econômica da riqueza com o sacrifício e as péssimas condições de vida da população. Uma mudança nessa avaliação da pobreza e riqueza no mundo demanda, ainda, muito debate e enfrentamento político. E, também, construções teóricas e práticas oriundas da Psicologia, capazes de uma leitura crítica do que significa viver na pobreza (Bastos & Rabinovich, 2009).

3 DESIGUALDADE SOCIAL E VIDA COTIDIANA – SUBJETIVIDADES EM RISCO

Uma análise da sociedade capitalista, desde os seus primórdios, demonstra, sem chances de dúvidas, que a produção de riqueza em abundância não é dividida a todos de maneira igual. Os mais ricos, são os que detêm os meios de produção da riqueza. Acumulam e buscam, constante e intensamente, o lucro pela exploração da força de trabalho dos mais pobres. A maioria da população na América Latina entende que o recente crescimento de seus países é frágil, exatamente porque a pobreza não é erradicada com o desenvolvimento econômico do país no capitalismo – ela é parte essencial desse sistema (Taaffe, 2007).

Em um último relatório, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a evidência de que a situação da pobreza no mundo piora enquanto as instituições capitalistas se impõem, aumentando a diferença entre ricos e pobres. De acordo com o documento (PNUD, 2013), nos últimos 30 anos, mais do que duplicou o número de pessoas que vivem com menos que um dólar ao dia nos 49 países mais pobres do mundo, em especial na África. Essa situação pode ser até pior do que as estatísticas apontam, pois as pesquisas são realizadas por organismos

¹Sen, A. (2009). *The Idea of Justice*. Massachusetts: Harvard University Press.

dependentes dos países ricos. Enquanto nos Estados Unidos o consumo *per capita* é de 41 dólares por dia, nos países africanos esse valor é de menos de dois dólares ao dia. Segundo esse relatório, enquanto a globalização diminui barreiras internacionais para o comércio e o investimento, a pobreza se agrava em nível internacional, sendo este um dos impactos mais cruéis desse sistema.

Em 2013, embora a situação mundial não tenha se alterado, o Brasil foi considerado pela ONU o 13º país no mundo com maior investimento no combate à pobreza em uma lista de 126 países em desenvolvimento. Isso não significa, no entanto, que a pobreza foi erradicada. Para Schwartzman (2004, 2005), uma análise da causa da pobreza passa, necessariamente, pela constatação dos conflitos de classe. É preciso uma retomada das noções, aparentemente ingênuas, sobre o que gera pobreza, atribuindo às pessoas a incapacidade de trabalharem, ou explicando as dificuldades de trabalho em termos de questões sociais como dificuldades pessoais com a formação. A luta contra a pobreza e em favor do desenvolvimento social, seria a luta contra interesses de uma oligarquia industrial nacional e internacional, que desde os anos 1970 foram se alternando no poder.

As distintas fases de desenvolvimento econômico e social em que o Brasil passou, mantiveram a condição da pobreza, embora as políticas públicas tivessem como foco a erradicação da miséria. O programa Bolsa Família, implementado em 2003, política assistencialista de transferência de renda em que o governo oferece subsídios para famílias em condição de pobreza ou miséria acentuada, embora muito criticado por não favorecer a emancipação, recebeu elogios porque, mesmo se utilizando de meio por cento do Produto Interno Bruto (PIB), contribuiu para a melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias. Recentemente, o Banco Mundial (2014) expressou que o Brasil serve de modelo e exemplo no que diz respeito ao combate à pobreza do mundo com a redução da miséria. Esses elogios advêm, sobretudo, porque essa política mantém intocadas as estruturas do poder econômico. Mesmo com esse

políticas, há ainda uma grande quantidade de pessoas vivendo às margens da sociedade no Brasil, e esse problema, dificilmente, será resolvido com medidas assistencialistas, embora elas reduzam danos à condição cotidiana de vida pobre para uma grande parte da população.

Sem chances de mudanças estruturais, as pessoas que vivem, cotidianamente, enfrentando as dificuldades de moradia, transporte, alimentação, educação e acesso à saúde e assistência, não têm, no horizonte, as possibilidades de uma existência longa, saudável, criativa aproveitando um nível de vida digno e respeitoso. As pessoas que vivem na miséria, em bairros degradados, comunidades clandestinas, muitas vezes fruto da luta por moradia, que não têm emprego fixo, ou a renda familiar é baixa, não têm alternativas. Elas não estão assim porque querem. São marcadas por esse cotidiano de sofrimento, desânimo, doenças e falta de perspectivas. Por isso, a pobreza tem múltiplas dimensões que estão interrelacionadas e causam grande impacto na vida, afetando o processo de desenvolvimento da subjetividade.

Para Bastos e Rabinovich (2009) viver na pobreza é algo que faz parte da condição humana, especialmente da maioria da população de países, como o Brasil, resultado de um processo de colonização e exploração ao longo de séculos. Para essas autoras, diante do cotidiano da pobreza, a Psicologia manteve-se cega e, assim, esteve incapaz, por muito tempo, de abordar a experiência de desenvolvimento de pessoas nessas condições e contextos, respondendo a essa condição sem uma adequada epistemologia e metodologia para sua compreensão e propostas de ação. Os pobres não podem ser invisibilizados, já que são a maioria da população de grande parte dos países do mundo, tais como os países da América Latina, Ásia, África, em comparação com a Europa e América do Norte. Mais do que ser pobre por ausência das condições materiais necessárias para uma vida digna, o fato de “sentir-se pobre” ou avaliar a situação como um pobre, é a materialização do mundo em um processo de expansão de um imaginário geopolítico – ser sempre pobre quando se tem como referência um país dominante rico. Daí decorre a importância

da Psicologia no estudo e aprofundamento das questões sociais e psicossociais para o enfrentamento das desigualdades sociais.

4 A PSICOLOGIA DA POBREZA E A POBREZA DA PSICOLOGIA

Carr e Sloan (2003) apresentaram um livro sobre *Pobreza e Psicologia*. Nessa obra, os autores introduzem o debate, afirmando que a pobreza é hoje o principal flagelo do planeta, com estatísticas contundentes que nos remetem à compreensão de que, de fato, a pobreza é um fenômeno inerentemente social e econômico. Entretanto, afirmar isso não nos ajuda muito na compreensão da relação entre Psicologia e esse fenômeno social e econômico que flagela o mundo. É preciso mais. Este livro discute alguns elementos importantes, como os processos envolvidos na condição de pobreza, tais como poder, prejuízo, fortalecimento, desenvolvimento e aquisição de habilidades para o enfrentamento da pobreza.

Em primeiro lugar, os autores chamam a atenção para o fato de que a pobreza pode ser entendida a partir de uma variedade de perspectivas analíticas – das estruturais às sociais, das macro às microperspectivas e análises. Tomar consciência sobre as dinâmicas comportamentais da pobreza é uma alternativa psicossocial que nos coloca diante dos desafios impostos à psicologia para lidar com esse fenômeno sem patologizar ou psicologizar². A cultura da pobreza, historicamente, tem assegurado o comprometimento no desenvolvimento das pessoas, e é considerada como principal fator nesse processo. Decorrente disso, o preconceito tem se mantido como um estigma, e a psicologização como atributo para a perpetuação da condição de ser e continuar sendo pobre.

Durante a segunda metade do século XX, a Psicologia buscou um modo de contribuir com o entendimento e redução da pobreza, mas

² Gordo-López (2000) discute como mudar o uso opressivo e abusivo da Psicologia, denominado processo de psicologização das questões sociais.

por um outro caminho: focando no comportamento negativo das pessoas e das dimensões individuais e problemáticas das características de personalidade. Hoje, elementos críticos que se dirigem às necessidades das pessoas pobres são elementos importantes da relação psicologia e pobreza, tais como segurança, fortalecimento e oportunidades. As questões de segurança são complexas, envolvem principalmente as condições de justiça social, emprego e moradia. O fortalecimento pressupõe a organização da comunidade e participação coletiva. Movimentos sociais claramente organizados e dinâmicos asseguram melhores condições de vida àqueles mais pobres. As oportunidades na construção do futuro dependem também da participação de todos. Essas direções apresentam um grande leque de questões para a Psicologia como ciência e profissão.

Para a Psicologia, distante de uma análise crítica do cotidiano de vida das populações pobres, é difícil agir de modo a prevenir problemas, uma vez que podem ser considerados uma ferramenta ideológica importante na manutenção da sociedade tal como está (Parker, 2009). Apesar das dificuldades na formação de estudantes e dos esforços que vêm sendo feitos para melhorar a qualidade do exercício profissional, os programas sociais em que a Psicologia está presente, como é o caso dos programas de transferência de renda e outras políticas de assistência e saúde, ainda mantêm muito incipiente a iniciativa de psicólogos e psicólogas para entenderem as demandas da população pobre, principalmente porque, além de não preparados tecnicamente, os e as profissionais não conseguem compreender e refletir com as pessoas sobre as condições históricas e sociais que geram a pobreza (Euzébios & Guzzo, 2009). Falta uma leitura da conjuntura política para o entendimento do que significa a pobreza em um mundo de tanta riqueza.

A pobreza está em todo lugar, sem distinção geográfica ou localização em setores urbanos ou rurais dos agrupamentos sociais, e a discussão deve levar em conta os processos de desenvolvimento individuais, relacionais e comunitários que permitam seu enfrentamento. É preciso que sejam parte da formação profissional e da ação nos espaços de trabalho,

dos processos psicossociais de poder, de fortalecimento, de organização e de tomada de consciência da realidade. Uma análise da história sobre a pobreza relacionando a importância da psicologia no cenário da ação política junto a essa população que é afetada pelo risco de viver na pobreza. Mesmo desse modo, a Psicologia ainda não devotou uma atenção importante aos impactos da pobreza na constituição das subjetividades.

Martin-Baró (1996) ao apresentar um projeto ético-político para a Psicologia, tendo como horizonte a libertação dos povos explorados e oprimidos, defende que a pobreza é determinante na constituição de sujeitos históricos capazes de organizarem seus próprios destinos, pelo menos em condições melhores de vida. Para ele, viver na pobreza em um mundo de riqueza é estar escravizado em sua condição humana. Assim, propõe a construção de um conjunto de teorias e práticas capazes de entender e atender a esse processo de libertação das opressões presente nas desigualdades que se perpetuam.

A Psicologia da Libertação tem o foco nas raízes das desigualdades estruturais, apontando o histórico compromisso da psicologia com a saúde individual e a sua ausência no debate da conjuntura política, que impacta o cotidiano e adoce as pessoas. Na Psicologia tradicional, é predominante o atendimento individual, mesmo em contextos de violência, opressão e injustiças estruturais. Essa forma de atuar não tem sido suficiente para que as condições objetivas mudem. Para Martín-Baró (1996), a principal tarefa da Psicologia deve ser conduzir pessoas e grupos a um processo de tomada de consciência sobre a realidade – desideologizar – para o entendimento sobre quem são dentro da conjuntura. Ele não abandona a terapia individual, mas considera que esse processo deve focar na identidade social entendida por meio do protótipo opressor e oprimido, e da compreensão sobre as comunidades e as identidades humanas ao longo da história. A Psicologia da Libertação tem muito a contribuir como substrato científico da psicologia tradicional – e pode reduzir as desigualdades – e para a práxis, que tem como objetivo ser elemento de organização e transformação das comunidades.

Uma análise sobre a dinâmica estrutural de poder torna-se necessária antes que qualquer mudança possa acontecer nas comunidades e utilizando os próprios membros da comunidade, priorizando seus sistemas locais de conhecimento, é possível o fortalecimento do grupo para o enfrentamento das condições adversas (Moane, 2003; Lykes & Sibley, 2014).

5 TOMANDO A DIREÇÃO CERTA – POR ONDE DEVE PASSAR A PSICOLOGIA?

Dois epidemiologistas ingleses – Richard Wilkinson e Kate Pickett – publicaram, em março de 2009, o livro “Why more equal societies almost always do better: The Spirit Level”. A última parte foi dedicada a responder à questão “por que a igualdade social é melhor para todas as pessoas?” Esse livro apresentou uma tese, no mínimo surpreendente, de que, nos países ricos, o crescimento econômico não sustentava mais a saúde e a qualidade de vida da população; ao contrário, em alguns países economicamente desenvolvidos, os problemas sociais estavam aumentando. Os autores relacionaram as questões de saúde pública e problemas sociais aos níveis desiguais de renda por meio de análise proveniente dos dados obtidos pelos 50 países mais ricos do mundo: pessoas vivendo em sociedades desiguais apresentavam-se mais doentes, mais obesas; a sociedade apresentava altos índices de assassinato e mortalidade infantil, apenas para mencionar alguns elementos. A partir dessas análises, os autores afirmam que a redistribuição de renda é a solução para o combate à desigualdade social, que foi medida pela distância entre as médias de renda dos 20% mais ricos e dos mais pobres da população.

Sem qualquer sombra de dúvida, do meu ponto de vista e com evidências suficientes nos muitos relatórios produzidos do desenvolvimento social e econômico no mundo, a igualdade social é melhor para todos, porque somos seres humanos e não há diferenças (culturais, históricas e individuais) que justifiquem viver a vida sem o igual direito à alimentação, à educação, habitação, trabalho, saúde, respeito e amor. Nós somos

capazes de pensar, sentir e agir para transformar a natureza. Nós criamos regras sociais de convivência, encontramos a cura de doenças, produzimos alimentos e outros tipos de bens e serviços que precisamos para viver sob condições diferentes. Não há uns melhores que outros, com mais direitos à vida digna.

O debate em torno da ideia de que “a igualdade é melhor para todos” pode ser ainda analisado a partir de diferentes perspectivas da realidade. O livro apresentou a situação de alguns países segundo seus indicadores econômicos. Mas, desde então, a função principal da análise de conjuntura é proporcionar uma leitura realista, sistemática e articulada de uma situação específica, portanto, diferentes elementos nesse processo podem produzir resultados diferentes da análise e diferentes propostas de ação. A discussão das ideias dos autores é importante e deve ser aprofundada especialmente na direção de ação: se vivemos em um mundo desigual quais são as evidências de que a igualdade seria melhor para a sobrevivência de todos? Qual seria a melhor direção a tomar? O que constitui o elemento principal para a igualdade? E, em que sentido ser igual?

A discussão proposta pelos autores levanta, imediatamente, uma pergunta sobre os elementos apresentados para a análise realizada: a polarização entre riqueza e pobreza, na dependência de um elemento econômico. Há, no entanto, outros elementos importantes nessa discussão que não são captados em uma análise quantitativa. O que, realmente, significa ser rico ou pobre? O que, realmente, significa ser feliz ou estar satisfeito com a vida? Sentir-se feliz diante de uma condição objetiva de vida tem um amplo espectro de elementos em cada cultura e sociedade. Os critérios para se estabelecerem níveis de riqueza e pobreza são objetivos em sociedades desiguais: mais posses, mais dinheiro, mais propriedades podem ser considerados critérios para a definição de pessoas ricas e, o contrário, para definir os pobres, aqueles que têm menos, tendo como referência o rico. No entanto, associar felicidade e dignidade de vida à posse de mais dinheiro ou bens materiais torna este debate vulne-

rável, porque, se tivermos como horizonte o estado de bem-estar social para todos em igualdade de condição, isso não é possível na sociedade desigual e, nem mesmo, é possível em sua lógica de assegurar a todas as pessoas o máximo de bens e riqueza, sendo que esses bens e riqueza se concentram nas mãos de poucos. Isso significa que, dentro de uma política universal variável e arbitrária, temos que encontrar fatos e condições que qualifiquem a vida de todos os seres humanos, independentemente de quando, como ou onde eles vivem.

Outro ponto de debate é relacionado às questões do valor das coisas, da qual depende uma vida decente: alimentação, habitação, educação e todas as coisas necessárias que precisamos para viver. Coisas necessárias não são aquelas cuja necessidade foi criada pela ideologia dominante. Os preços ou valores de *commodities* e de salários estão totalmente relacionados: quanto mais dinheiro, mais poder de compra. E, quanto mais você compra, mais você tem acesso à qualidade de vida. Esta é a fórmula para a sociedade desenvolvida e capitalista, em que a concentração de renda e riqueza é parte essencial dessa fórmula.

No entanto, essa relação entre qualidade de vida e posse não é mecânica nem absoluta. O capitalismo não fornece benefícios para todos, e, muito menos, podem as pessoas tornar-se ricas por meio de trabalho, considerando os padrões de riqueza estabelecidos, a partir de países ricos. Estes são mitos fomentados pela ideologia capitalista para manter o sistema – alimentar a ilusão de que para ser rico é preciso esforço individual, é preciso perseguir um ideal, dedicar-se. Há pessoas que se esforçam, são exploradas no trabalho, dedicam todas as horas de sua vida ao trabalho e não enriquecem, adoecem. Isso porque acumulação e distribuição de riqueza são impossíveis de serem resolvidas pelas contradições dentro deste sistema.

A tese defendida por esses dois autores – de que os padrões de vida devem ser equalizados, de tal modo que melhore a qualidade de vida para todos – não se justifica apenas como uma medida econômica. Deve-se levar em conta que, fatores psicossociais não estão incluídos nessa

fórmula e deveriam estar. A fim de refletirmos a totalidade, devemos incluir nesta análise as dimensões individuais, públicas ou coletivas. Para Paulo Freire (1973), o esforço dos seres humanos para a construção de sua própria humanidade exige a mudança das estruturas que desumanizam tanto os opressores quanto os oprimidos, e precisamos aprender a partir da perspectiva dos oprimidos. Em outras palavras, para se ter a chance de uma boa vida deve-se considerar a perspectiva dos povos oprimidos e pobres.

Que estruturas devem ser alteradas de modo a assegurar a possibilidade de uma vida digna? A estrutura econômica é, sem dúvida, a sustentação mais importante de tudo isso, segundo a informação apresentada em *Spirit Level*. No entanto, há uma grande diferença entre uma reforma e uma mudança radical dessa estrutura. Para que seja possível uma mudança, é preciso que sejam agregadas às análises econômicas as questões pertinentes à psicologia da opressão, as razões históricas na construção e organização da nossa sociedade, incluindo elementos subjetivos que afetam a desigualdade na vida. Se o *Spirit Level* incluísse o senso de dignidade com base em experiências de vida de povos colonizados e oprimidos, o quadro seria, certamente, bem diferente.

Para melhorar a distribuição de renda é preciso mudar o sistema econômico e os padrões mais altos da sociedade moderna (Boron, 2010). Esta é a grande contradição – para lidar com a desigualdade apresentada em todo o mundo, precisamos ir às raízes do que tem sido necessário para compreender as subjetividades forjadas para a manutenção desse sistema social e econômico. Nesse sentido, a privação é relativa. Uma baixa posição socioeconômica não significa, necessariamente, um estado de inferioridade. Saudável não é apenas resultado de alto *status* socioeconômico, hierarquia social, ou alta renda. O dinheiro não é o principal instrumento de poder para assegurar a vida. Precisamos manter em movimento um novo horizonte social. O modo capitalista, historicamente, já provou que não é o melhor modo de viver. E a Psicologia precisa

deixar de ser uma ferramenta ideológica a serviço dessa sociedade que exclui, oprime e necessita da pobreza para continuar existindo.

O caminho para a Psicologia no Brasil deve passar, necessariamente, por uma revisão radical dos programas e currículos de formação profissional. As universidades devem se incumbir de uma leitura política da realidade e do planejamento de um perfil profissional que seja preparado para assumir um projeto ético-político desse porte. Estudar a pobreza, conhecer como se desenvolvem as pessoas nesse estado de privação e desigualdade, desenvolver formas de lidar com o sofrimento e adoecimento decorrente dessa condição escravizante e impeditiva de um pleno desenvolvimento, são algumas das possibilidades para uma psicologia que, de fato, se envolva e se comprometa com as pessoas oprimidas e pobres. A luta por uma sociedade menos desigual é outra demanda para todas as áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais. A realidade precisa ser entendida sob uma perspectiva histórico-crítica consciente e mobilizadora de avanços. Assim, ampliar a formação de profissionais nessa direção, porque analisa a conjuntura sob a lente da crítica, é um imenso desafio para a Psicologia.

REFERÊNCIAS

- Banco Mundial. (2014). Relatório Anual. *Como reduzir a pobreza: Uma nova lição do Brasil para o mundo?* Recuperado de worldbank.org/annualreport2014
- Bastos, A. C. de S. & Rabinovich, E. P. (Eds.). (2009). *Living in Poverty Developmental poetics of Cultural realities*. América: Lap.
- Burns, A. A. (2010). *O socialismo no século 21 – Há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular.
- Carr, S. C., & Sloan, T. S. (Eds.). (2003). *Poverty and psychology: From global perspective to local practice*. New York: Kluwe Academic/Plenum Publishers.
- Comblin, J. (2003). *A esperança dos pobres vive: Coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin*. São Paulo: Paulus.

- Euzébios Filho, A., & Guzzo, R. S. L. (2009). Desigualdade Social e Políticas: Contexto de vida e de sobrevivência. *Psicologia e Sociedade*, 21 (2), 35-49.
- Freire, P. (1973). *Uma educação para a liberdade*. (2a Ed.). Porto: Progresso; Antonio Abreu.
- Gordo-López, A. J. (2000). On the psychologization of critical psychology. *Annual Review Of Critical Psychology*, 2, 55-71
- Lykes, M. B., & Sibley, E. (2014). Liberation psychology and pragmatic solidarity: North-South collaborations through the Ignacio Martín-Baró fund. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 20(3), 209-226. doi:10.1027/pac0000045
- Martín-Baró, I. (1996). *Writings for a liberation psychology*. London: Harvard University Press.
- Moane, G. (2003). Bridging the personal and political: Practices for liberation psychology. *American Journal of Community Psychology*, 31, 91-100.
- Parker, I. (2009). *Revolution in Psychology – From alienation to emancipation*. London: Pluto Press.
- PNUD. (2013). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasil*. Brasília: PNUD, Ipea, FJP.
- Sen, A. (2009). The Idea of Justice. *Journal of Human Development*, 9 (3). Massachusetts: Harvard University Press.
- Schwartzman, S. (2004). *As causas da Pobreza*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Schwartzman, S. (2005). Brazil: Globalization, Poverty and Social Inequality. In J. S. Tulchin & G. Brand (Eds). *Getting Globalization right. The dilemma of inequality*. p.125. Boulder: Lynne Reinner Publisher, Inc.
- Taaffe, P. (2007). *Marxismo no mundo de hoje: Respostas sobre a guerra, capitalismo e o meio ambiente* (Diego Siqueira, Trad.). São Paulo: Socialismo Revolucionário.
- Valsiner, J. (2009). The importance of being in-between. In A. C. S. Barros & E. P. Rabinovich (Eds.). (2009). *Living in Poverty Developmental processes Cultural realities*. LaVergne: Information Age Publishing, Inc.

Wilkinson, R. & Pickett, K. (2009). *Why Greater Equality Makes Societies stronger: The Spirit Level*. London: Bloomsbury press.